

Estado de São Paulo

1 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 203/2017 - PREFEITO MUNICIPAL - ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2018.** Parecer Jurídico nº 203/2017 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 190/2017 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 200/2017 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 151/2017 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana nº 076/2017 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças nº 147/2017 - pela aprovação. **EMENDAS EM SEPARADO DE AUTORIA DE VEREADORES.** Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças sobre as Emendas. Processo nº 14937.

2 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 247/2017 - PREFEITO MUNICIPAL** - Dispõe sobre o parcelamento e parcelamento de débitos do Município de Rio Claro, englobando débitos da Administração Direta e Indireta, como suas fundações e autarquias, com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS. Parecer Jurídico nº 247/2017 - pela legalidade com ressalva. **EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR DERMEVAL NEVOEIRO DEMARCHI.** Processo nº 14990.

~~~~~



**PREFEITURA DE RIO CLARO - SP**

Secretaria Municipal de Economia e Finanças

Ofício nº 1376/2017.

Rio Claro, 29 de setembro de 2017.

**Assunto:** Encaminha projeto de lei que dispõe sobre o Orçamento do Município para o exercício de 2018.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar à V.Exa., em obediência ao que dispõe a Lei Orgânica do Município, para a apreciação e votação por parte dos membros dessa Egrégia Casa, projeto de lei que dispõe sobre o Orçamento para o exercício de 2018, compreendendo a administração direta e a indireta.

A elaboração do projeto obedeceu às normas constitucionais em vigor e à legislação pertinente, particularmente a Lei Federal nº. 4320/64, a Lei Complementar Federal nº101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município bem como as Instruções e Portarias reguladoras editadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão pelo Ministério da Fazenda.



Os programas e ações constantes do projeto estão perfeitamente compatíveis com os demais instrumentos da sistemática de planejamento orçamentário, consoante dispõe o art. 165 da Constituição Federal.

O projeto de lei orçamentária, ora encaminhado à apreciação dessa Casa Legislativa, observa os Programas concebidos no Plano Plurianual para o período 2018/2021, elaborado nos termos do art. 165, § 1º, da Magna Carta, e classificações definidas pelas normas editadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Ministério da Fazenda.

Adicionalmente aos comentários anteriores e atendendo ao solicitado pelo art. 22, I, da Lei Federal 4.320/64, apresento, abaixo, demonstrativos referentes às dívidas consolidada e fluante do município; os saldos de créditos adicionais especiais ainda não utilizados; e a restos a pagar inscritos e ainda não pagos, bem como a outros compromissos financeiros exigíveis.



**PREFEITURA DE RIO CLARO - SP**  
Secretaria Municipal de Economia e Finanças

**Tabela 1**

| <b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b><br>Posição em 31.08.2017 – Em R\$ 1,00 |                          |                                      |
|------------------------------------------------------------------|--------------------------|--------------------------------------|
| <b>Especificação</b>                                             | <b>Saldo Devedor (*)</b> | <b>Mês de Vencimento Do Contrato</b> |
| Dívida Contratada                                                |                          |                                      |
| <b>Administração Direta:</b>                                     |                          |                                      |
| Banco do Brasil Resol.98/92-DMLP                                 | 8.134.673,16             |                                      |
| CEF.Cont.0293.597-80/10-Saneamento                               | 16.198.685,18            | 31/12/2032                           |
| CEF Cont.0294.958-75/2010-Pró Moradia                            | 16.380.007,33            | 31/12/2034                           |
| CEF Cont.0295.437-95/2010-Pró Moradia                            | 278.052,22               | 31/12/2029                           |
| CEF Cont.0353094-85-PAC 2 Terra Nova                             | 2.172.207,43             | 31/12/2032                           |
| CEF Cont.0353102-84-PAC 2 Bom Sucesso                            | 1.618.510,14             | 31/12/2032                           |
| CEF Cont.0353106-20-PAC 2 Centenário                             | 2.281.394,42             | 31/12/2032                           |
| CEF Cont.0409305-30/2014- CPAC                                   | 3.684.182,70             |                                      |
| Subtotal                                                         | 50.747.712,58            |                                      |
| Outras Dívidas – Acordos                                         |                          |                                      |
| <b>Administração Direta:</b>                                     |                          |                                      |
| INSS Parcelamento 112/99                                         | 60.713.492,61            | 30/11/2019                           |
| C.E.F.-FGTS Parcel.2013.002488                                   | 100.827,73               | 28/05/2028                           |
| Parc.Rec.Federal Proc.13888.722838/201394                        | 317.059,45               | 31/01/2019                           |
| Parc.Receita Federal - PASEP                                     | 547.979,64               | 15/01/2019                           |
| Instituto de Previdência do Município RC                         | 1.780.591,61             | 21/04/2019                           |
| Instituto de Previdência do Município RC                         | 1.625.876,02             | 21/04/2019                           |
| Instituto de Previdência do Município RC                         | 36.081.013,90            |                                      |
| PREM- INSS Parcelamento                                          | 24.919.025,26            | 31/07/2033                           |
| DAAE                                                             | 5.216.736,69             |                                      |
| Precatórios                                                      | 35.759.978,62            |                                      |
| <b>Administração Indireta:</b>                                   |                          |                                      |
| FGTS Parcelamento – Saúde                                        | 6.037.257,58             | 28/05/2028                           |
| Instituto Previdência do Município RC.-Parc.                     | 400.122,85               | 30/06/2019                           |
| Instituto Previdência do Município RC.-Repar.                    | 455.162,86               | 30/06/2019                           |
| Instituto Previdência do Município RC.                           | 9.452.810,04             | 01/03/2022                           |
| Precatórios - Saúde                                              | 46.465.008,39            |                                      |
| Elektro – Daae                                                   | 2.438.488,72             |                                      |
| Pasep - Daae                                                     | 1.129.594,04             | 30/04/2018                           |
| INSS – Daae                                                      | 2.892.559,26             | 31/03/2018                           |
| Contrapartida STN                                                | 436.344,11               | 15/10/2024                           |
| Precatórios – Daae                                               | 4.201.157,18             |                                      |
| Instituto Previdência do Município RC-Daae                       | 346.613,67               |                                      |
| Subtotal                                                         | 241.317.700,23           |                                      |
| <b>TOTAL DA DÍVIDA CONSOLIDADA</b>                               | <b>292.065.412,81</b>    |                                      |

(\*) exclui valores inscritos em restos a pagar



**PREFEITURA DE RIO CLARO - SP**  
Secretaria Municipal de Economia e Finanças

**Tabela 2**

| <b>DÍVIDA FLUTUANTE</b><br>Posição em 31.08.2017 – Em R\$ 1,00 |                       |
|----------------------------------------------------------------|-----------------------|
| <b>Especificação</b>                                           | <b>Valor</b>          |
| <b>Restos a Pagar (inclusive serviço da dívida)</b>            |                       |
| Administração Direta                                           | 37.669.883,14         |
| Administração Indireta                                         |                       |
| Fundação Municipal de Saúde                                    | 84.211.623,31         |
| Departamento Autônomo de Água e Esgoto                         | 0,00                  |
| Arquivo Público                                                | 111.174,19            |
| Fundação Ulisses Silveira Guimarães                            | 41.240,71             |
| Instituto de Previdência do Município                          | 0,00                  |
| Subtotal                                                       | 122.033.921,35        |
| <b>Depósitos</b>                                               |                       |
| Administração Direta                                           | 0,00                  |
| Fundação Municipal de Saúde                                    | 0,00                  |
| Subtotal                                                       | 0,00                  |
| <b>Consignações</b>                                            |                       |
| Administração Direta                                           | 20.965.003,81         |
| Administração Indireta                                         |                       |
| Departamento Autônomo de Água e Esgoto                         | 631.176,58            |
| Fundação Municipal de Saúde                                    | 9.883.198,83          |
| Instituto de Previdência do Município                          | 2.127.677,94          |
| Arquivo Público                                                | 17,55                 |
| Subtotal                                                       | 33.607.074,71         |
| <b>TOTAL DA DÍVIDA FLUTUANTE</b>                               | <b>155.640.996,06</b> |



**Tabela 3**

| <b>SALDOS DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS</b><br>Posição em 31.08.2017 - Em R\$1,00 |              |
|--------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| <b>ESPECIFICAÇÃO</b>                                                                 | <b>VALOR</b> |
| Administração Direta                                                                 |              |
| <b>Subtotal</b>                                                                      |              |
| Administração Indireta                                                               |              |
| <b>Subtotal</b>                                                                      |              |

As receitas estimadas para 2018 incluídas na proposta ora apresentada podem ser sintetizadas na forma do quadro abaixo:



**PREFEITURA DE RIO CLARO - SP**  
Secretaria Municipal de Economia e Finanças

**Tabela 4**

| RECEITA                                              | VALOR                 |
|------------------------------------------------------|-----------------------|
| <b>Administração Direta:</b>                         |                       |
| Imp.sobre a Prop. Predial e Territ. Urbana           | 66.340.000,00         |
| Imp. sobre a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis | 7.879.500,00          |
| Imp. sobre Serviços de Qualquer Natureza             | 48.592.500,00         |
| Imp. de Renda Retido na Fonte                        | 29.500.000,00         |
| Taxa de Coleta de Lixo                               | 2.010.000,00          |
| Outras Taxas                                         | 5.500.000,00          |
| Contribuição Iluminação Pública                      | 12.800.000,00         |
| Dívida Ativa                                         | 9.750.000,00          |
| Multas e Juros de Mora                               | 8.246.000,00          |
| Receita Patrimonial                                  | 2.152.000,00          |
| Fundo de Participação dos Municípios                 | 75.842.000,00         |
| Transf. de IPI / Exportações                         | 1.395.000,00          |
| Outras Transferências da União                       | 23.619.200,00         |
| Transf. do Imp. Circulação de Mercadorias            | 195.462.500,00        |
| Transf. do Imp. Sobre Veículos Automotores           | 42.200.000,00         |
| Outras Transferências do Estado                      | 9.461.000,00          |
| Transf. do Fundeb                                    | 74.100.000,00         |
| Demais Receitas                                      | 17.238.000,00         |
| Receitas de Capital                                  | 15.679.000,00         |
| (-) Dedução de Receita para Formação do Fundeb       | 62.254.700,00         |
| <b>Subtotal</b>                                      | <b>586.512.000,00</b> |
| <b>Administração Indireta - Receitas Próprias</b>    |                       |
| Arquivo Público e Histórico do Município             | 27.000,00             |
| Câmara Municipal de Rio Claro                        | -                     |
| Departamento de Água e Esgoto                        | 94.492.000,00         |
| Fundação Ulysses Guimarães                           | -                     |
| Fundação Municipal de Saúde                          | 46.458.000,00         |
| Instituto de Previdência                             | 98.772.000,00         |
| <b>Subtotal</b>                                      | <b>239.749.000,00</b> |
| <b>TOTAL DA RECEITA MUNICIPAL</b>                    | <b>826.261.000,00</b> |



Na realização das estimativas da receita foram observadas as normas constantes do art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme anexo específico integrante do projeto de lei, tudo com base na metodologia de cálculo e premissas utilizadas, a seguir descritas:

Crescimento no aumento da Receita de 5%

Convênios a serem firmados para o exercício de 2018

Aumento da alíquota dos impostos municipais.

Previsão dos repasses mensais de FPM, IPI, ICMS

Na proposta que estamos apresentando, o mandamento constitucional que determina a aplicação de, pelo menos, 25% das receitas resultantes de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino está sendo observado, conforme demonstrativos abaixo, que mostram, também, as demais vinculações legais existentes em favor do ensino:





**PREFEITURA DE RIO CLARO - SP**  
Secretaria Municipal de Economia e Finanças

**Tabela 5**

| <b>ESPECIFICAÇÃO DAS RECEITAS</b>                      | <b>RECEITA BRUTA</b>  | <b>%</b> | <b>VALOR A APLICAR</b> |
|--------------------------------------------------------|-----------------------|----------|------------------------|
| <b>Receitas Resultantes de Impostos (CF, art.212):</b> |                       |          |                        |
| Imp. sobre a Prop.Predial e Territ. Urbana             | 6.340.000,00          | 25%      | 16.585.000,00          |
| Imp.sobre a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis    | 7.879.000,00          | 25%      | 1.969.875,00           |
| Imp.sobre Serviços de Qualquer Natureza                | 48.592.000,00         | 25%      | 12.148.125,00          |
| Imp. de Renda Retido na Fonte                          | 29.500.000,00         | 25%      | 7.375.000,00           |
| Dívida Ativa de Impostos                               | 6.830.000,00          | 25%      | 1.707.500,00           |
| Multas e Juros de Mora de Impostos                     | 2.316.000,00          | 25%      | 579.000,00             |
| Quota-Parte do Fundo de Participação do Município      | 75.842.000,00         | 25%      | 18.960.500,00          |
| Quota-Parte do Imposto territorial Rural               | 322.000,00            | 25%      | 80.500,00              |
| Quota-Parte do IPI – Exportações                       | 1.395.000,00          | 25%      | 348.750,00             |
| Compensação Financeira LC 87 /96 (Lei Kandir)          | 874.000,00            | 25%      | 218.500,00             |
| Quota-Parte do Imposto s/Cir.de Merc.e Serv.           | 195.462.500,00        | 25%      | 48.865.625,00          |
| Atualiz. Monetária de Impostos                         | 2.022.000,00          | 25%      | 505.500,00             |
| Quota-Parte do Imposto s/a Prop. De Veículos Aut.      | 42.200.000,00         | 25%      | 10.550.000,00          |
| (-) Dedução de Receita para Formação do FUNDEB         | (62.254.700,00)       | 100%     | (62.254.700,00)        |
| <b>SUBTOTAL A SER APLICADO (CF.,art. 212)</b>          | <b>417.320.800,00</b> |          | <b>57.639.175,00</b>   |
| <b>Outras Receitas Vinculadas ao Ensino:</b>           |                       |          |                        |
| Transferências da QESE (Salário Educação)              | 11.987.000,00         | 100%     | 11.987.000,00          |
| Outras Transferências da União vinculadas ao ensino    | 3.552.200,00          | 100%     | 3.552.200,00           |
| Outras Transferências do Estado vinculadas ao ensino   | 7.188.000,00          | 100%     | 7.188.000,00           |
| Receita Recebida do FUNDEB ( retorno)                  | 74.100.000,00         | 100%     | 74.100.000,00          |
| Rend. de Aplicação Financeira do FUNDEB                | 100.000,00            | 100%     | 100.000,00             |
| <b>TOTAL MÍNIMO A SER APLICADO NO ENSINO</b>           | <b>514.248.000,00</b> |          | <b>154.566.375,00</b>  |
|                                                        |                       |          |                        |



**Tabela 6**

| <b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E<br/>DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b> | <b>VALOR</b>       |
|----------------------------------------------------------------|--------------------|
| APLICAÇÕES CONFORME ART.212 DA C.F.                            |                    |
| 07.01.00 – Manutenção da Secretaria                            | 7.805.000,00       |
| 07.02.00 – Ensino Fundamental                                  | 37.534.000,00      |
| 07.03.00 – Educação Pré Escolar e Creches                      | 31.076.000,00      |
| 07.04.00 – Fundeb – Fundo Nac.Des.Educ.Bas.                    | 74.200.000,00      |
| 07.05.00 – Merenda Escolar                                     | 8.831.000,00       |
| <br>SUBTOTAL                                                   | <br>159.446.000,00 |
| <br>APLICAÇÃO MÍNIMA ORBIGATÓRIA                               |                    |
| (Total Tabela 5)                                               | 154.566.375,00     |

NOTA: Nas aplicações acima, incluem-se as despesas orçamentárias de todas as entidades do Município.

Ao preparar sua proposta, o Executivo obedeceu ao dispositivo constitucional constante da EC nº53/2006, vinculando os recursos do Fundeb na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental e na educação infantil, assim como as demais vinculações legais existentes.



**PREFEITURA DE RIO CLARO - SP**  
Secretaria Municipal de Economia e Finanças

No que respeita às ações e serviços públicos de saúde, o município tem por obrigação destinar, em 2018, pelo menos 15% das receitas de impostos, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº. 141/2012, regulamentada pelo Decreto nº 7827/2012. Os demonstrativos abaixo comprovam o atendimento a esse mandamento legal:

**Tabela 7**

| <b>RECEITAS DE IMPOSTOS</b>                                | <b>RECEITA BRUTA</b>  |
|------------------------------------------------------------|-----------------------|
| Imp. sobre a Prop.Predial e Territ. Urbana                 | 66.340.000,00         |
| Imp.sobre a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis        | 7.879.500,00          |
| Imp.sobre Serviços de Qualquer Natureza                    | 48.592.500,00         |
| Imp. de Renda Retido na Fonte                              | 29.500.000,00         |
| Dívida Ativa de Impostos                                   | 6.830.000,00          |
| Multas e Juros de Mora de Impostos                         | 2.316.000,00          |
| Quota - Parte do fundo de Participação dos Municípios      | 73.060.000,00         |
| Quota - Parte do Imposto Territorial Rural                 | 322.000,00            |
| Quota - Parte do IPI – Exportações                         | 1.395.000,00          |
| Quota - Parte do imposto s/Circ. de Mercadorias e Serviços | 195.462.500,00        |
| Quota - Parte do Imposto s/ a Prop.de Veículos Automotores | 42.200.000,00         |
| Transferência LC 87/96 - Lei Kandir                        | 874.000,00            |
| Correção Monetária Dívida Ativa de Impostos                | 2.022.000,00          |
| <b>TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS</b>                      | <b>476.793.500,00</b> |
| <b>15% VINCULADOS ÀS AÇÕES E SERV. PÚBLICOS DE SAÚDE</b>   | <b>71.519.025,00</b>  |



**Tabela 8**

| <b>DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b> | <b>VALOR</b>   |
|--------------------------------------------------------|----------------|
| APLICAÇÕES:<br>Transferências Financeiras              | 126.250.000,00 |
| TOTAL APLICADO                                         | 126.250.000,00 |
| APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA (Total da Tabela 7)       | 71.519.025,00  |

NOTA: Nas aplicações acima, incluem-se as despesas orçamentárias de todas as entidades do Município.

O orçamento municipal compreende a administração direta e indireta, nesta incluso o orçamento de investimento das empresas, nas quais o Município detém a maioria das ações com direito a voto. O orçamento da seguridade social é representado por todas as ações das áreas de saúde, previdência e assistência social constantes dos orçamentos da administração direta, das autarquias e das fundações.

Os recursos orçamentários do Município serão aplicados segundo os quadros que se encontram no Projeto de Lei, artigo 5º, que mostram a sua distribuição por órgão e por função de governo.

Na definição das despesas a serem incluídas no orçamento, apresentadas de forma agregada nas duas tabelas anteriores, o primeiro critério adotado por meu governo foi o de cumprir as exigências contidas na legislação pertinente, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal, como a limitação dos gastos com pessoal do Executivo e do Legislativo, obedecido, neste caso, também, os limites



fixados pelo artigo 29-A da Constituição Federal; destinação de recursos para o pagamento do serviço da dívida de modo a obedecer aos limites legais constantes de Resolução do Senado Federal; cumprimento de sentenças judiciais e pagamento de outras despesas de caráter obrigatório. O segundo critério foi o de destinar recursos para a manutenção de todos os serviços atualmente prestados à comunidade e realização de investimentos que possibilitem a ampliação e melhoria dos mesmos. Quanto aos projetos, a prioridade foi a de garantir recursos para o prosseguimento daqueles já iniciados e para manutenção do patrimônio público municipal para, depois, destinar recursos para os novos projetos.

Com relação aos fundos especiais, para os efeitos do art. 2º, § 2º, inciso I, da Lei nº 4.320/64, a discriminação de suas receitas faz parte do quadro geral de receitas integrante do presente objeto. Os planos de aplicação estão definidos segundo unidades orçamentárias criadas para cada fundo existente no município.

A propositura prevê os instrumentos de ajuste do orçamento, por meio do mecanismo correspondente, ou seja, a abertura de créditos adicionais suplementares, cujo pedido de autorização foi incluído neste projeto.

O projeto contempla reservas de contingência nos montantes definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias para atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, nos termos em que dispõe art. 5º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Em complemento ao que já foi exposto e atendendo ao disposto no art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são apresentados mais cinco anexos a esta mensagem, a saber:

- Anexo I – Demonstrativo de modificação do PPA;
- Anexo II – Demonstrativo das Transferências Financeiras;
- Anexo III – Demonstrativo do Efeito sobre Receitas e Despesas Decorrente de Concessão de Benefícios Tributários, Creditícios e Financeiros;
- Anexo IV – Demonstrativo das Medidas de Compensação a Renúncias de Receitas;
- Anexo V – Demonstrativo das Medidas de Compensação ao Aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado; e

Com esta exposição espero ter oferecido aos Senhores Vereadores todas as informações de que necessitam para bem compreender o conteúdo da proposta ora submetida à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal.

Por outro lado, permaneço à disposição de todos para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários e reafirmo a certeza de que os Senhores Edis saberão dar ao projeto a atenção a que faz jus, por ser o mais importante instrumento de implementação das ações que o Município realiza para bem servir sua população.



**PREFEITURA DE RIO CLARO - SP**

Secretaria Municipal de Economia e Finanças

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos ilustres Senhores Vereadores os meus protestos da mais alta consideração e distinto apreço.

Atenciosamente,

**JOÃO TEIXEIRA JUNIOR**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Excelentíssimo Senhor

ANDRÉ LUIS GODOY

D.D.Presidente da Câmara Municipal de Rio Claro



# PREFEITURA DE RIO CLARO - SP

Secretaria Municipal de Economia e Finanças

## ANEXO III

Demonstrativo do efeito sobre receitas e despesas decorrentes de concessão

de benefícios tributários, creditícios e financeiros.

| Benefícios     | Estimativa<br>R\$ | Efeito sobre receita /<br>despesa orçamentária |         |
|----------------|-------------------|------------------------------------------------|---------|
|                |                   | % sobre                                        |         |
|                |                   | Receita                                        | Despesa |
| 1. Creditícios |                   |                                                |         |
| 2. Financeiros |                   |                                                |         |
| 3. Fiscais     |                   |                                                |         |

## ANEXO IV

(Arts. 5º ,II, e 14 da LRF )

Demonstrativo das medidas de  
compensação a renúncias de receitas

| Setores / Programas /<br>Beneficiários | Tributos /<br>Contribuição | Compensação | Valor R\$<br>1,00 |
|----------------------------------------|----------------------------|-------------|-------------------|
|                                        |                            |             |                   |
|                                        |                            |             |                   |

## ANEXO V

(Arts. 5º ,II, 2º part, e 17 da LRF )

Demonstrativo das medidas de compensação ao  
aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.

| Discriminação<br>docc novas | Medida de<br>Compensação | Valor<br>Estimado R\$ 1,00 |
|-----------------------------|--------------------------|----------------------------|
|                             |                          |                            |



|          |                                              |                                          |                                                            |  |  |  |     |                     |                |  |                     |
|----------|----------------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------------------------|--|--|--|-----|---------------------|----------------|--|---------------------|
| CN-SIFPM | MUNICIPIO DE RIO CLARO                       |                                          |                                                            |  |  |  |     |                     |                |  | CONAM               |
|          | PROJETO DE LEI                               |                                          |                                                            |  |  |  |     |                     |                |  |                     |
|          | MENSAGEM - ANEXO I                           |                                          |                                                            |  |  |  |     |                     |                |  |                     |
|          | DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS |                                          |                                                            |  |  |  |     |                     |                |  | Pagina 1            |
|          |                                              |                                          |                                                            |  |  |  |     |                     |                |  | Valores em R\$ 1,00 |
|          | ENTIDADE ORIGEM                              | ENTIDADE DESTINO                         | FINALIDADE                                                 |  |  |  | PTB | CODIGO DE APLICACAO | VALOR PREVISTO |  |                     |
|          | PREFEITURA MUNICIPAL                         | CAMARA MUNICIPAL                         | ATENDER AS NECESSIDADES DA CAMARA MUNICIPAL                |  |  |  | 01  | 1100000             | 29.670.000,00  |  |                     |
|          | PREFEITURA MUNICIPAL                         | FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE              | ATENDER AS DESPESAS DA FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE         |  |  |  | 01  | 1100000             | 126.250.000,00 |  |                     |
|          | PREFEITURA MUNICIPAL                         | ARQUIVO PUBLICO E HISTORICO DE RIO CLARO | ATENDER AS NECESSIDADES DO ARQUIVO                         |  |  |  | 01  | 1100000             | 1.060.000,00   |  |                     |
|          | PREFEITURA MUNICIPAL                         | FUNDACAO ULISSES SILVEIRA GUIMARAES      | ATENDER AS NECESSIDADES DA FUND ULISSES SILVEIRA GUIMARAES |  |  |  | 01  | 1100000             | 60.000,00      |  |                     |
|          | PREFEITURA MUNICIPAL                         | INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE RIO CLARO    | PAGAMENTO DE BENEFICIOS DE RESPONSABILIDADE DA PREFEITURA  |  |  |  | 01  | 1100000             | 4.180.000,00   |  |                     |
|          | TOTAL                                        |                                          |                                                            |  |  |  |     |                     | 161.220.000,00 |  |                     |

PONTES (P) : 01 - TESOURO; 02 - TRANSFERENCIAS E CONVENIOS ESTADUAIS-VINCULADOS; 03 - RECURSOS PROPRIOS DE FUNDOS ESPECIAIS DE DESPESA-VINCULADOS; 04 - RECURSOS PROPRIOS DA ADMINISTRACAO INDIRETA;  
05 - TRANSFERENCIAS E CONVENIOS FEDERAIS-VINCULADOS; 06 - OUTRAS FONTES; 07 - OPERACOES DE CREDITO; 9X - FONTES DE RECURSOS DE EXERCICIOS ANTERIORES

|         |                                                                                                                           |         |
|---------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| CN-SIPM | MUNICIPIO DE RIO CLARO                                                                                                    | CONVM   |
|         | PROJETO DE LEI<br>MENSAGEM - ANEXO I<br>ORCAMENTO PROGRAMA 2018                                                           | ANEXO I |
|         | Demonstrativo das Modificações do PPA por Programa em Relação ao Plano Plurianual do Município para o Período 2018 - 2021 |         |
|         | S E M M O V I M E N T O                                                                                                   |         |



**PREFEITURA DE RIO CLARO - SP**  
Secretaria Municipal de Economia e Finanças

PROJETO DE LEI Nº **203/2017**  
DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO  
MUNICIPIO PARA O EXERCICIO DE 2018

Eu, João Teixeira Junior, Prefeito Municipal de Rio Claro, estado de São Paulo, usando das atribuições que a Lei me confere faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2018, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.



# **PREFEITURA DE RIO CLARO - SP**

Secretaria Municipal de Economia e Finanças

## **CAPITULO II**

### **DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

#### **SEÇÃO I**

##### **DA ESTIMATIVA DA RECEITA**

Artigo 2º - A Receita Orçamentaria e estimada na forma dos quadros I, I-A, II, III, e IV, que fazem parte integrante desta Lei, em R\$ 826.261.000,00 (oitocentos e vinte e seis milhões, duzentos e sessenta e um mil reais) e se desdobra em:

I - R\$ 727.304.400,00 (setecentos e vinte e sete milhões, trezentos e quatro mil, quatrocentos reais) do Orçamento Fiscal; e

II - R\$ 98.956.600,00 (noventa e oito milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, seiscentos reais) do Orçamento da Seguridade Social.

Artigo 3º - A receita será arrecadada na forma da legislação em vigor, com a estimativa constante do seguinte desdobramento:



PREFEITURA DE RIO CLARO - SP  
Secretaria Municipal de Economia e Finanças

| ESPECIFICACAO                                       | FISCAL         | SEGURIDADE SOCIAL | TOTAL          |
|-----------------------------------------------------|----------------|-------------------|----------------|
| 1 - ADMINISTRACAO DIRETA                            |                |                   |                |
| RECEITAS CORRENTES                                  |                |                   |                |
| impostos, taxas e contribuições de melhoria         | 169.720.000,00 | 5.830.000,00      | 175.550.000,00 |
| contribuições                                       | 13.800.000,00  | 0,00              | 13.800.000,00  |
| receita patrimonial                                 | 2.262.000,00   | 0,00              | 2.262.000,00   |
| receita industrial                                  | 1.000,00       | 0,00              | 1.000,00       |
| receita de serviços                                 | 30.000,00      | 0,00              | 30.000,00      |
| transferências correntes                            | 422.579.700,00 | 0,00              | 422.579.700,00 |
| outras receitas correntes                           | 18.865.000,00  | 0,00              | 18.865.000,00  |
| deduções p/o fundeb                                 | -62.254.700,00 | 0,00              | -62.254.700,00 |
| Total das Receitas Correntes                        | 565.003.000,00 | 5.830.000,00      | 570.833.000,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL                                 |                |                   |                |
| operações de credito                                | 12.100.000,00  | 0,00              | 12.100.000,00  |
| alienação de bens                                   | 100.000,00     | 0,00              | 100.000,00     |
| transferências de capital                           | 3.479.000,00   | 0,00              | 3.479.000,00   |
| Total das Receitas de Capital                       | 15.679.000,00  | 0,00              | 15.679.000,00  |
| Total da Administração Direta                       | 580.682.000,00 | 5.830.000,00      | 586.512.000,00 |
| 2 - ADMINISTRACAO INDIRETA                          |                |                   |                |
| FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE                         |                |                   |                |
| RECEITAS CORRENTES                                  |                |                   |                |
| impostos, taxas e contribuições de melhoria         | 1.071.000,00   | 0,00              | 1.071.000,00   |
| receita patrimonial                                 | 595.000,00     | 62.000,00         | 657.000,00     |
| transferências correntes                            | 5.199.000,00   | 30.305.000,00     | 43.504.000,00  |
| outras receitas correntes                           | 376.000,00     | 0,00              | 376.000,00     |
| Total das Receitas Correntes                        | 7.241.000,00   | 38.367.000,00     | 45.608.000,00  |
| RECEITAS DE CAPITAL                                 |                |                   |                |
| transferências de capital                           | 0,00           | 850.000,00        | 850.000,00     |
| Total das Receitas de Capital                       | 0,00           | 850.000,00        | 850.000,00     |
| Total FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE                   | 7.241.000,00   | 39.217.000,00     | 46.458.000,00  |
| DEPARTAMENTO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - DAAE       |                |                   |                |
| RECEITAS CORRENTES                                  |                |                   |                |
| impostos, taxas e contribuições de melhoria         | 141.800,00     | 1.600,00          | 143.400,00     |
| receita patrimonial                                 | 1.699.440,00   | 0,00              | 1.699.440,00   |
| receita de serviços                                 | 83.753.860,00  | 0,00              | 83.753.860,00  |
| outras receitas correntes                           | 8.282.100,00   | 0,00              | 8.282.100,00   |
| Total das Receitas Correntes                        | 93.877.200,00  | 1.600,00          | 93.878.800,00  |
| RECEITAS DE CAPITAL                                 |                |                   |                |
| alienação de bens                                   | 3.200,00       | 0,00              | 3.200,00       |
| transferências de capital                           | 610.000,00     | 0,00              | 610.000,00     |
| Total das Receitas de Capital                       | 613.200,00     | 0,00              | 613.200,00     |
| Total DEPARTAMENTO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - DAAE | 94.490.400,00  | 1.600,00          | 94.492.000,00  |
| ARQUIVO PUBLICO E HISTORICO DE RIO CLARO            |                |                   |                |
| RECEITAS CORRENTES                                  |                |                   |                |
| receita patrimonial                                 | 20.000,00      | 0,00              | 20.000,00      |
| outras receitas correntes                           | 7.000,00       | 0,00              | 7.000,00       |
| Total das Receitas Correntes                        | 27.000,00      | 0,00              | 27.000,00      |
| Total ARQUIVO PUBLICO E HISTORICO DE RIO CLARO      | 27.000,00      | 0,00              | 27.000,00      |
| INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE RIO CLARO               |                |                   |                |
| RECEITAS CORRENTES                                  |                |                   |                |
| contribuições                                       | 0,00           | 13.580.000,00     | 13.580.000,00  |
| receita patrimonial                                 | 31.000.000,00  | 0,00              | 31.000.000,00  |
| outras receitas correntes                           | 350.000,00     | 0,00              | 350.000,00     |
| receitas correntes - intra ofss                     | 13.514.000,00  | 40.328.000,00     | 53.842.000,00  |
| Total das Receitas Correntes                        | 44.864.000,00  | 53.908.000,00     | 98.772.000,00  |
| Total INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE RIO CLARO         | 44.864.000,00  | 53.908.000,00     | 98.772.000,00  |
| 3 - ADMINISTRACAO DIRETA E INDIRETA                 |                |                   |                |
| RECEITAS CORRENTES                                  |                |                   |                |
| impostos, taxas e contribuições de melhoria         | 170.932.000,00 | 5.831.600,00      | 176.764.400,00 |
| contribuições                                       | 13.800.000,00  | 13.580.000,00     | 27.380.000,00  |
| receita patrimonial                                 | 35.576.440,00  | 62.000,00         | 35.638.440,00  |
| receita industrial                                  | 1.000,00       | 0,00              | 1.000,00       |
| receita de serviços                                 | 83.783.860,00  | 0,00              | 83.783.860,00  |
| transferências correntes                            | 427.778.700,00 | 38.305.000,00     | 466.083.700,00 |
| outras receitas correntes                           | 27.880.100,00  | 0,00              | 27.880.100,00  |
| receitas correntes - intra ofss                     | 13.514.000,00  | 40.328.000,00     | 53.842.000,00  |
| deduções p/o fundeb                                 | -62.254.700,00 | 0,00              | -62.254.700,00 |
| Total das Receitas Correntes                        | 711.012.200,00 | 98.106.600,00     | 809.118.800,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL                                 |                |                   |                |
| operações de credito                                | 12.100.000,00  | 0,00              | 12.100.000,00  |
| alienação de bens                                   | 103.200,00     | 0,00              | 103.200,00     |
| transferências de capital                           | 4.089.000,00   | 850.000,00        | 4.939.000,00   |
| Total das Receitas de Capital                       | 16.292.200,00  | 850.000,00        | 17.142.200,00  |
| Total da Administração Direta e Indireta            | 727.304.400,00 | 98.956.600,00     | 826.261.000,00 |



**PREFEITURA DE RIO CLARO - SP**  
Secretaria Municipal de Economia e Finanças

SEÇÃO II

DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Artigo 4o - A Despesa e fixada na forma dos quadros I, I-B, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI E XII, que fazem parte integrante desta lei, em R\$ 826.261.000,00 (oitocentos e vinte e seis milhões, duzentos e sessenta e um mil reais), na seguinte conformidade:

I - R\$ 598.813.000,00 (quinhentos e noventa e oito milhões, oitocentos e treze mil reais) do Orçamento Fiscal; e

II - R\$ 227.448.000,00 (duzentos e vinte e sete milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil reais) do Orçamento da Seguridade Social.

Artigo 5o - A Despesa fixada está assim desdobrada:

I - POR CATEGORIA ECONOMICA:

| ESPECIFICAÇÃO                              | FISCAL         | SEGURIDADE SOCIAL | TOTAL          |
|--------------------------------------------|----------------|-------------------|----------------|
| 1 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA                   |                |                   |                |
| DESPESAS CORRENTES                         | 382.694.000,00 | 31.116.000,00     | 413.810.000,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL                        | 38.103.000,00  | 2.049.000,00      | 40.152.000,00  |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS | 1.000.000,00   | 0,00              | 1.000.000,00   |
| Total da Administração Direta              | 421.797.000,00 | 33.165.000,00     | 454.962.000,00 |
| 2 - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA                 |                |                   |                |
| DESPESAS CORRENTES                         | 91.457.600,00  | 185.547.000,00    | 277.004.600,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL                        | 4.565.200,00   | 8.736.000,00      | 13.301.200,00  |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS | 80.993.200,00  | 0,00              | 80.993.200,00  |
| Total da Administração Indireta            | 177.016.000,00 | 194.283.000,00    | 371.299.000,00 |
| 3 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA        |                |                   |                |
| DESPESAS CORRENTES                         | 474.151.600,00 | 216.663.000,00    | 690.814.600,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL                        | 42.668.200,00  | 10.785.000,00     | 53.453.200,00  |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS | 81.993.200,00  | 0,00              | 81.993.200,00  |
| Total da Administração Direta e Indireta   | 598.813.000,00 | 227.448.000,00    | 826.261.000,00 |



PREFEITURA DE RIO CLARO - SP  
Secretaria Municipal de Economia e Finanças

II - POR ÓRGÃOS DE GOVERNO:

| ESPECIFICACAO                                     | FISCAL         | SEGURIDADE SOCIAL | TOTAL          |
|---------------------------------------------------|----------------|-------------------|----------------|
| 1 - ADMINISTRACAO DIRETA                          |                |                   |                |
| CAMARA MUNICIPAL                                  | 29.670.000,00  | 0,00              | 29.670.000,00  |
| GABINETE DO PREFEITO                              | 4.974.000,00   | 1.296.000,00      | 6.270.000,00   |
| SEC.MUN.GOVERNO,DES.ECONOMICO E PLANEJ.           | 8.901.000,00   | 0,00              | 8.901.000,00   |
| SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRACAO             | 43.482.000,00  | 0,00              | 43.482.000,00  |
| SEC.MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS              | 34.796.000,00  | 0,00              | 34.796.000,00  |
| SEC.MUNICIPAL DOS NEGOCIOS JURIDICOS              | 19.549.000,00  | 0,00              | 19.549.000,00  |
| SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCACAO                  | 159.446.000,00 | 0,00              | 159.446.000,00 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS                     | 36.018.000,00  | 0,00              | 36.018.000,00  |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITACAO                 | 2.091.000,00   | 225.000,00        | 3.116.000,00   |
| SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA                   | 5.039.000,00   | 0,00              | 5.039.000,00   |
| SEC.MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL           | 0,00           | 31.644.000,00     | 31.644.000,00  |
| SEC.MUN.DA AGRIC.,ABASTEC.SILV.E MANUT.           | 16.227.000,00  | 0,00              | 16.227.000,00  |
| SEC.MUNICIPAL DOS ESPORTES E TURISMO              | 15.059.000,00  | 0,00              | 15.059.000,00  |
| SEC.SEGUR.,DEP.CIVIL,MOB.URB.E SIST.VIAR          | 26.890.000,00  | 0,00              | 26.890.000,00  |
| SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE             | 17.855.000,00  | 0,00              | 17.855.000,00  |
| Total da Administração Direta                     | 420.797.000,00 | 33.165.000,00     | 453.962.000,00 |
| 2 - ADMINISTRACAO INDIRETA                        |                |                   |                |
| 03- FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE                   | 460.000,00     | 171.788.000,00    | 172.248.000,00 |
| 04- DEPARTAMENTO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - DAAB | 94.416.800,00  | 0,00              | 94.416.000,00  |
| 05- ARQUIVO PUBLICO E HISTORICO DE RIO CLARO      | 1.086.000,00   | 0,00              | 1.086.000,00   |
| 06- FUNDACAO ULISSES SILVEIRA GUIMARAES           | 60.000,00      | 0,00              | 60.000,00      |
| 07- INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE RIO CLARO         | 0,00           | 22.495.000,00     | 22.495.000,00  |
| Total da Administração Indireta                   | 96.022.800,00  | 194.283.000,00    | 290.305.800,00 |
| 3 - RESERVA DE CONTINGENCIA                       |                |                   |                |
| Reserva de Contingencia                           | 81.993.200,00  | 0,00              | 81.993.200,00  |
| Total do Municipio                                | 598.813.000,00 | 227.448.000,00    | 826.261.000,00 |



PREFEITURA DE RIO CLARO - SP  
Secretaria Municipal de Economia e Finanças

III - POR FUNÇÕES:

| ESPECIFICACAO                | FISCAL         | SEGURIDADE SOCIAL | TOTAL          |
|------------------------------|----------------|-------------------|----------------|
| 01 - LEGISLATIVA             | 29.670.000,00  | 0,00              | 29.670.000,00  |
| 04 - ADMINISTRACAO           | 87.086.000,00  | 0,00              | 87.086.000,00  |
| 05 - DEFESA NACIONAL         | 104.000,00     | 0,00              | 104.000,00     |
| 06 - SEGURANCA PUBLICA       | 16.577.000,00  | 0,00              | 16.577.000,00  |
| 08 - ASSISTENCIA SOCIAL      | 0,00           | 33.165.000,00     | 33.165.000,00  |
| 09 - PREVIDENCIA SOCIAL      | 0,00           | 22.495.000,00     | 22.495.000,00  |
| 10 - SAUDE                   | 0,00           | 171.788.000,00    | 171.788.000,00 |
| 12 - EDUCACAO                | 159.446.000,00 | 0,00              | 159.446.000,00 |
| 13 - CULTURA                 | 5.099.000,00   | 0,00              | 5.099.000,00   |
| 14 - DIREITOS DA CIDADANIA   | 783.000,00     | 0,00              | 783.000,00     |
| 15 - URBANISMO               | 41.073.000,00  | 0,00              | 41.073.000,00  |
| 16 - HABITACAO               | 2.891.000,00   | 0,00              | 2.891.000,00   |
| 17 - SANEAMENTO              | 94.416.800,00  | 0,00              | 94.416.800,00  |
| 18 - GESTAO AMBIENTAL        | 22.971.000,00  | 0,00              | 22.971.000,00  |
| 19 - CIENCIA E TECNOLOGIA    | 630.000,00     | 0,00              | 630.000,00     |
| 20 - AGRICULTURA             | 3.904.000,00   | 0,00              | 3.904.000,00   |
| 22 - INDUSTRIA               | 139.000,00     | 0,00              | 139.000,00     |
| 23 - COMERCIO E SERVICOS     | 5.735.000,00   | 0,00              | 5.735.000,00   |
| 24 - COMUNICACOES            | 80.000,00      | 0,00              | 80.000,00      |
| 25 - ENERGTIA                | 14.465.000,00  | 0,00              | 14.465.000,00  |
| 26 - TRANSPORTE              | 4.806.000,00   | 0,00              | 4.806.000,00   |
| 27 - DESPORTO E LAZER        | 11.177.000,00  | 0,00              | 11.177.000,00  |
| 28 - ENCARGOS ESPECIAIS      | 15.767.000,00  | 0,00              | 15.767.000,00  |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA | 81.993.200,00  | 0,00              | 81.993.200,00  |
| Total do Municipio           | 598.813.000,00 | 227.448.000,00    | 826.261.000,00 |





## **PREFEITURA DE RIO CLARO - SP**

Secretaria Municipal de Economia e Finanças

### **CAPITULO III**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

Artigo 6o - Fica o Executivo autorizado a abrir créditos suplementares em reforço as dotações orçamentárias, mediante o uso dos recursos previsto no artigo 43 da Lei Federal no. 4.320/1964, observados os limites:

I - de 20 % (vinte por cento) do total da despesa fixada, constante do artigo 4o. desta Lei; e

II - do valor da dotação consignada como Reserva de Contingência, para cumprir as determinações dos artigos 5o. III, "b", da Lei de Responsabilidade Fiscal, 91 do Decreto-Lei no. 200/1967 e 8o. da Portaria Interministerial STN/SOF no. 163/2001.

Parágrafo único - A dotação consignada como Reserva de Contingência servirá igualmente para cobrir a abertura de Créditos Adicionais Especiais, autorizadas em lei.

Artigo 7o - Além do disposto no artigo anterior, fica o Executivo igualmente autorizado a abrir créditos adicionais:

I - necessários ao cumprimento de vinculações constitucionais, legais e de convênios ou congêneres, até o limite das sobras de exercícios anteriores desses recursos e do seu excesso de arrecadação em 2017, nos termos do artigo 43, parágrafo 1o., inciso I e II, da Lei 4.320/64;

II - vinculados a operações de crédito, até o limite dos valores contratados, desde que não incluídos na estimativa de receita constante desta Lei;



## **PREFEITURA DE RIO CLARO - SP**

Secretaria Municipal de Economia e Finanças

III - destinados a cobrir insuficiências nas dotações orçamentárias dos grupos de natureza de despesa "Pessoal e Encargos Sociais", "Juros e Encargos da Dívida" e "Amortização da Dívida", até o limite da soma dos valores atribuídos a esses grupos, e quando para atender ao pagamento de sentenças judiciais nas condições e formas determinadas pela Constituição, até o limite de 20% (vinte por cento) da soma dos valores dos grupos de despesas;

IV - destinados ao reforço de dotações de ações mediante a anulação de outras dotações, nos termos do artigo 43, parágrafo 1o., inciso III, da Lei 4.320/64, até o limite de 1/3 (um terço) da receita prevista para o exercício;

V - destinados a cobertura de despesas de entidades da Administração Indireta, até o limite dos respectivos superávits financeiros do exercício anterior, bem como do excesso de arrecadação das suas receitas próprias, somado ao excesso de transferências financeiras a elas efetuadas durante o exercício;

VI - destinados a cobrir insuficiências no âmbito do programa de previdência municipal, até o limite de 20% (vinte por cento) de cada uma de suas ações.

VII - incluir novos programas através da abertura de funcionais programáticas na Execução Orçamentária, desde que garantida à existência de recursos próprios ou de outras esferas de governo ou entes públicos da Federação.

Artigo 8 - Na abertura dos créditos adicionais de que tratam os artigos 6o e 7o, bem como nas transposições, remanejamentos e transferências de que trata o artigo 167, inciso VI da Constituição, fica vedada a anulação parcial ou total de dotações provenientes de emendas individuais, efetuadas na forma e condições prescritas nos parágrafos 9o., 10 e 11 do artigo 166 da Constituição.



## **PREFEITURA DE RIO CLARO - SP**

Secretaria Municipal de Economia e Finanças

Parágrafo 1o. Não se aplica a proibição contida no "caput", em relação à parte excedente, se as emendas individuais parlamentares ultrapassarem o limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da Receita Corrente Líquida do exercício de 2017, ou não observarem a divisão do limite estipulado no Parágrafo 9o., do artigo 166 da Constituição.

Parágrafo 2o. Até 30 dias após a publicação desta lei, o Poder Executivo informara ao Poder Legislativo, quando for o caso, que a Receita Corrente Líquida de 2017 é menor do que a Receita Corrente Líquida estimada para 2018, e quais os valores totais a serem considerados como de execução obrigatória e não obrigatória.

Parágrafo 3o. Recebido o informe de que trata o Parágrafo 2o., o Poder Legislativo indicara ao Executivo, no prazo de 15 (quinze) dias, como deverão ser consideradas as emendas para efeito do Parágrafo 11 do artigo 166 da Constituição.

Parágrafo 4o. Não recebendo a indicação prevista no parágrafo anterior, o Executivo reduzira as dotações decorrentes das emendas individuais de maneira proporcional a variação para menos da Receita Corrente Líquida estimada para 2018 e a efetivamente ocorrida em 2017, salvo quando isso inviabilizar tecnicamente a realização da despesa no exercício, hipótese em que a solução deverá ser dada na forma do artigo seguinte.

Artigo 9o - Os créditos orçamentários com dotações inseridas ou aumentadas por emendas parlamentares individuais são de execução obrigatória no exercício até o limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da Receita Corrente Líquida efetivamente ocorrida em 2017, observada a meação determinada no parágrafo 9o. do artigo 166 da Constituição e salvo quando houver impedimentos de ordem técnica.



## **PREFEITURA DE RIO CLARO - SP**

Secretaria Municipal de Economia e Finanças

Parágrafo 1o. Na ocorrência de impedimento de ordem técnica, serão adotadas as medidas previstas no Parágrafo 14 do artigo 166 da Constituição.

Parágrafo 2o. No caso de a Câmara Municipal não deliberar sobre o projeto referido no inciso III do Parágrafo 14 do artigo 166 da Constituição, o Poder Executivo remanejara as dotações com impedimentos justificados para outros créditos, mediante suplementações ou transposições, conforme o caso, que deixarão de ser de execução obrigatória, mas tendo sempre a menção de que os recursos são provenientes de emendas parlamentares.

Parágrafo 3o. Se for verificado pelo Executivo que o comportamento da receita e da despesa durante o exercício poderá levar ao descumprimento das metas de resultado fiscal, o montante de execução obrigatória das emendas parlamentares previstas no Parágrafo 11 do artigo 166 da Constituição poderá ser reduzido na mesma proporção da limitação de empenhos que vier a ser imposta na forma da Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 8o.).

Artigo 10 - Fica o Executivo autorizado a realizar, no curso da execução orçamentária, operações de crédito nas espécies, limites e condições estabelecidos em Resolução do Senado Federal e na legislação federal pertinente, especialmente na Lei Complementar No 101, de 4 de maio de 2000.

Artigo 11 - As metas fiscais de receita e de despesa e os resultados primário e nominal, apurados segundo esta Lei, constantes do Demonstrativo da Compatibilidade da Programação do Orçamento com as Metas de Resultados Fiscais, atualizam as metas fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2018.

Artigo 12 - As leis do Plano Plurianual e das Diretrizes Orçamentárias consideram-se modificadas por leis posteriores, inclusive pelas que criem ou modifiquem, de qualquer modo, programas, ações e valores, ou que autorizem esses procedimentos.



## **PREFEITURA DE RIO CLARO - SP**

Secretaria Municipal de Economia e Finanças

Artigo 13 - As transferências financeiras da Administração Direta para a Indireta, incluídas as efetuadas para a Câmara Municipal, e vice-versa, obedecerão ao que estiver estruturado pelos créditos orçamentários e adicionais.

Artigo 14 - Esta Lei entrara em vigor em 1o. de janeiro de 2018.

RIO CLARO, 29 DE SETEMBRO DE 2017

JOAO TEIXEIRA JUNIOR  
PREFEITO MUNICIPAL

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PARECER JURÍDICO Nº 203/2017 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 203/2017 – PROCESSO Nº 14937-924-17.

Atendendo ao que dispõe o art. 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 203/2017, de autoria do Poder Executivo Municipal, que estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 2018.

Inicialmente, necessário salientar, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica emitir Parecer sobre o mérito da presente proposição, tendo em vista que a matéria é afeta ao setor técnico da administração financeira, orçamentária, contábil, arrecadação (operacional) da Municipalidade, sendo que os valores e as metas ali inseridos são questões que fogem à área jurídica.

  
30

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

No tocante ao aspecto jurídico, ressaltamos o seguinte: a competência de iniciativa da referida matéria é exclusiva do Poder Executivo Municipal, a teor do que dispõe os artigos 46, inciso IV, 79, inciso XX, 169, inciso III e art. 180, todos da Lei Orgânica do Município de Rio Claro e art. 61, §1º, inciso II, alínea “b”, da Constituição Federal.

Não obstante, a LOMRC também estabelece que:

*“Art. 8º - O Município tem como competência privativa:*

*(...)*

*II - legislar sobre o plano plurianual de investimento, diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, prevendo a receita e fixando a despesa, com base em planejamento adequado.”*

Ademais, a peça orçamentária deve respeitar o que estabelece a Lei Federal nº 4320/64, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município, bem como os artigos 169 a 181 da LOMRC.

O Projeto de Lei em questão foi enviado à Câmara Municipal dentro do prazo que permite à mesma proceder a sua votação, ou seja, até o dia 30 de setembro (art. 180, § 3º, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro), sendo válido o seu recebimento.

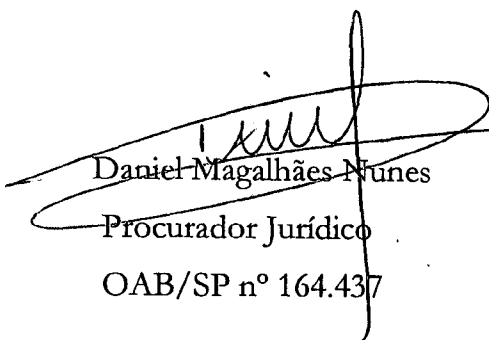
R16 31

# Câmara Municipal de Rio Claro


Estado de São Paulo

Diante do exposto, considerando que a competência de iniciativa para a propositura da referida matéria é do Poder Executivo e tendo ingressado nesta Casa Legislativa dentro do prazo legal, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço reveste-se de legalidade.

Rio Claro, 06 de outubro de 2017.



Daniel Magalhães Nunes  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 164.437



Ricardo Teixeira Penteado  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 139.624



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº203/2017

PROCESSO 14.937-924-17

PARECER Nº 190/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL** Estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o Exercício de 2018.

Esta Comissão opina pela **legalidade** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 11 de outubro de 2017.



**Dermeval Nevoeiro Demarchi**

**Presidente**

**Paulo Marcos Guedes**

**Relator**



**Rafael Henrique Andreetta**

**Membro**

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº203/2017

PROCESSO 14.937-924-17

PARECER Nº 200/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL** Estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o Exercício de 2018.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 23 de outubro de 2017.



**José Pereira dos Santos**  
Presidente

**Paulo Marcos Guedes**  
Relator



**Hernani Alberto Mônaco Leonhardt**  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº203/2017


PROCESSO 14.937-924-17

PARECER Nº 151/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL** Estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o Exercício de 2018.

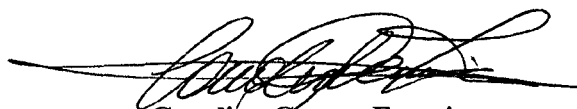
Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 26 de outubro de 2017.

  
Adriano La Torre  
Presidente

  
Irander Augusto Lopes

Relator

  
Caroline Gomes Ferreira  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

PROJETO DE LEI Nº203/2017

PROCESSO 14.937-924-17

PARECER Nº 76/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL** Estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o Exercício de 2018.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 06 de novembro de 2017.



Thiago Yamamoto

Presidente



Geraldo Luis de Moraes

Relator

Anderson Adolfo Christofoletti

Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº203/2017

PROCESSO 14.937-924-17

PARECER Nº 147/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL** Estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o Exercício de 2018.

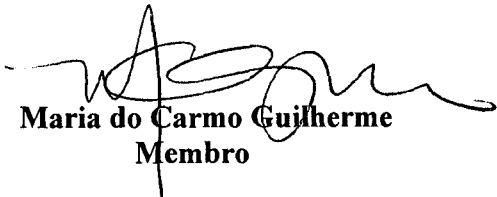
Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 09 de novembro de 2017.

  
Paulo Rogério Guedes

Presidente

José Claudinei Paiva  
Relator

  
Maria do Carmo Guilherme  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR ROGERIO GUEDES

PROJETO DE LEI No. 203/2017 DO ORÇAMENTO 2018

## EMENDA ADITIVA:

### Acrescentar:

Órgão Responsável: 11.00.00

Programa: 4002.2255

Ação: (...) Apoio Financeiro-Instalação de nova entidade Instituto Phala- Centro de Desenvolvimento para Surdos.

Valor: R\$300.000,00

### Reduzir:

Órgão Responsável: 11.00.00

Programa: 4002.2255

Dotação: 08.244.4002.2223 - Apoio Financeiro p/ aprimoramento da Gestão nas Entidades Assistenciais através de Subvenções Sociais.

Valor: R\$300.000,00

**JUSTIFICATIVA:** O Instituto Phala, tem uma qualidade de excelência no trabalho com pessoas com deficiência de surdez.

Trabalhando o desenvolvimento do resíduo auditivo, habilidades de leitura escrita.

Desenvolvimento da linguagem

Aquisição e aprimoramento da Libras.

Desenvolvimento cognitivo.

Desenvolvimento da oralidade e leitura orofacial.

Desenvolvimento das habilidades auditivas nos pacientes com implante coclear.

Promover a habilitação bilíngüe e interdisciplinar por meio do trabalho da fonoaudióloga e da psicóloga.

Promover a estimulação precoce a fim de suprir a privação sensorial auditiva existente.

Reabilitação bilíngüe desenvolvendo tanto o português em sua modalidade oral, escrita e a Libras.

Trabalhar as habilidades emocionais para seu desenvolvimento cognitivo, psicológico e social favorecendo o processo de inclusão social.

Rio Claro, 06 de dezembro de 2017.

  
\_\_\_\_\_  
ROGERIO GUEDES  
Vereador

CÂMARA SECRETARIA

EMENDA N° 01

06DEZ2017 14:52

38

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DOS VEREADORES NO PROJETO DE LEI Nº 203/2017 REFERENTE AO ORÇAMENTO 2018.

Emenda Modificativa nº 01 ao Projeto de Lei 203/2017, na página 139.

### Acrescentar R\$ 30.000,00

Órgão Responsável: 10 - Secretaria Municipal da Cultura

Classificação Econômica: 3.3.90.00.00

Classificação Funcional: 13.392.3003.2234 Fundo Municipal da Cultura

Ficando o Fundo Municipal da Cultura com um Total de R\$ 60.000,00.

### Reduzir R\$ 70.000,00

Órgão Responsável: 10 - Secretaria Municipal da Cultura

Classificação Econômica: 3.3.90.00.00

Classificação Funcional: 13.392.3003.2235 Assessoria da Integração Racial

Ficando a Assessoria da Integração Social com um Total de R\$ 40.000,00.

### Acrescentar R\$ 10.000,00

Órgão Responsável: 10 - Secretaria Municipal da Cultura

Classificação Econômica: 3.3.90.00.00

Classificação Funcional: 13.392.3003.2236 Ass. de ref. e atend. a mulher

Ficando o Fundo Municipal da Cultura com um Total de R\$ 40.000,00.

### Acrescentar R\$ 10.000,00

Órgão Responsável: 10 - Secretaria Municipal da Cultura

Classificação Econômica: 3.3.90.00.00

Classificação Funcional: 13.392.3003.2237 Assessoria do Idoso

Ficando a Assessoria da Integração Social com um Total de R\$ 40.000,00.

  
Maria do Carmo Guilherme  
Vereadora  
Líder PMDB

EMENDA Nº 02

CÂMARA SECRETARIA

07DEZ2017 16:51

39

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## **Acréscantar R\$ 17.000,00**

Órgão Responsável: 10 - Secretaria Municipal da Cultura

Classificação Econômica: 3.3.90.00.00

Classificação Funcional: 13.392.3003.2238 Assessoria da Juventude

Ficando o Fundo Municipal da Cultura com um Total de R\$ 40.000,00.

## **Acrescentar R\$ 3.000,00**

Órgão Responsável: 10 - Secretaria Municipal da Cultura

Classificação Econômica: 3.3.90.00.00

Classificação Funcional: 13.392.3003.2237 Ass. dos direitos da pessoa com defic.

Ficando a Assessoria da Integração Social com um Total de R\$ 40.000,00.

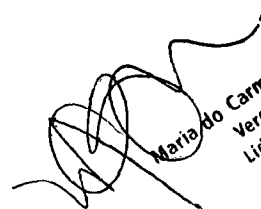
## **Justificativa**

**Garantir a similaridade da dotação atribuída à assessoria de integração racial, aos valores atribuídos às demais assessorias da mulher, do idoso, da juventude e dos direitos da pessoa com deficiência, conforme inscritas à página 139 do projeto de Lei Orçamentária de 2018.**

**Além do mais, o Fundo Municipal da Cultura, representa vários segmentos da cultura de nossa comunidade, sendo assim, para ser democrática a distribuição os valores às assessorias devem ser equivalentes e a do Fundo Municipal da Cultura maior será definido por vários segmentos da cultura da sociedade através do Conselho Municipal da Cultura onde definirá junto com a representação paritária dos órgãos da Prefeitura os projetos de amplo interesse da população tendo uma abrangência mais adequada aos recursos no atendimento dos anseios da sociedade.**

Rio Claro, 7 de dezembro de 2017.

Vereadores

  
Maria do Carmo Guilherme  
Vereadora  
Lider PMDB



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DOS VEREADORES NO PROJETO DE LEI Nº 203/2017 REFERENTE AO ORÇAMENTO 2018.

Emenda Modificativa nº 02 ao Projeto de Lei 203/2017, na página 227.

### Reduzir R\$ 42.000,00

Órgão Responsável: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Classificação Econômica: 3.3.90.00.00

Classificação Funcional: 12.365.2001.2250.3390 Manut. das unidades escolares

Ficando a Manutenção das Unidades Escolares com um Total de  
R\$ 2.598.000,00.

### Acrescenta uma Dotação Orçamentária no valor de R\$ 42.000,00 específica para aluguel de imóvel para a Escola Municipal "Campos Chagas"

Órgão Responsável: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Classificação Econômica: 3.3.90.00.00

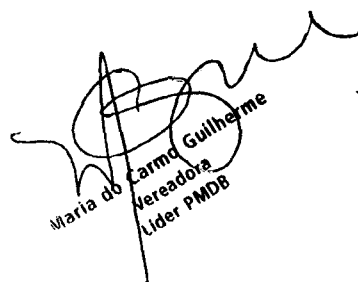
Classificação Funcional: 12.365.2001.....3390 Aluguel do imóvel E.M. Campos  
Chagas

Ficando o Aluguel do imóvel da E.M. Campos Chagas com um Total de R\$  
42.000,00.

### Justificativa

Em virtude do prédio atual onde funciona a Escola Municipal estar  
tomado por infiltrações, umidade e mofo, gerando problemas à saúde das  
crianças, além de ter sido promessa de campanha do Prefeito.

Rio Claro, 7 de dezembro de 2017.

  
Maria do Carmo Guilherme  
Vereadora  
Lider PMDB

Vereadores

EMENDA Nº 03

CÂMARA SECRETARIA

07DEZ2017 15:51

41

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR Pr. ANDERSON ADOLFO CHRISTOFOLETTI

PROJETO DE LEI No. 203/17 DO ORÇAMENTO 2018

EMENDA ADITIVA :

**Acrescentar:**

Órgão Responsável: 11.00.00

Programa: 4002

Função: 08

Ação: 08.244.4002.2203 – Programa Capacitação - - Moradores de Rua - Busca ativa em Situação de Risco.

Valor: R\$15.000,00

**Reduzir:**

Órgão Responsável: 11.00.00

Programa: 4002

Função: 08

Ação: 08.244.4002.2187 – Investimentos em modernização.

Valor: R\$15.000,00

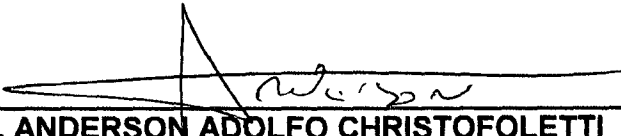
**Justificativa:**

**CONSIDERANDO** as diferentes realidades dos moradores em situação de rua em condição de pobreza extrema, vínculos interrompidos ou fragilizados e falta de habitação convencional regular, sendo compelido a utilizar a rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente.

**CONSIDERANDO** que os moradores de rua necessitam de constantes ajudas em amplo sentido da Ação Social;

**CONSIDERANDO** que existem famílias inteiras em situação de risco morando nas ruas.

Rio Claro, 08 de Dezembro de 2017.

  
Pr. ANDERSON ADOLFO CHRISTOFOLETTI  
Vereador  
PMDB

EMENDA Nº 04

Visto

CÂMARA SECRETARIA

000EZ2017 14103 42

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR Pr. ANDERSON ADOLFO CHRISTOFOLETTI

PROJETO DE LEI No. 203/17 DO ORÇAMENTO 2018

**EMENDA ADITIVA:**

Órgão Responsável: 14.00.00

Programa: 8003

Função: 15

Ação: 15.451.8003.1001 – Manutenção dos Serviços de Trânsito – Sinalizações de Trânsito.

Valor: R\$5.000,00

**Reduzir:**

Órgão Responsável: 19

Programa: 8001

Função: 06

Ação: 06.182.8001.1001 – Construção, reforma e ampliação de Terminais.

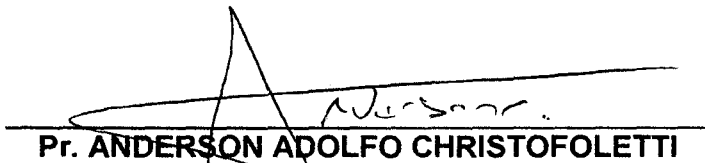
Valor: R\$5.000,00

**Justificativa:**

**CONSIDERANDO** os altos índices de acidentes de trânsito em nosso município;

**CONSIDERANDO** que por causa da falta de sinalizações podem ocorrer acidentes gravíssimos de trânsito.

Rio Claro, 08 de Dezembro de 2017.

  
Pr. ANDERSON ADOLFO CHRISTOFOLETTI  
Vereador  
PMDB

Visto

EMENDA Nº 05

CHAMADA SECRETARIA

08/12/2017 14:01

43

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR Pr. ANDERSON ADOLFO CHRISTOFOLETTI

PROJETO DE LEI No. 203/17 DO ORÇAMENTO 2018

EMENDA ADITIVA :

**Acréscimo:**

Órgão Responsável: 14.00.00

Programa: 8003

Função: 15

Ação: 15.451.8003.1001 – Manutenção dos Serviços de Trânsito – Semáforos Inteligentes.

Valor: R\$5.000,00

**Reduzir :**

Órgão Responsável: 14.00.00

Programa: 8001

Função: 06

Ação: 06.182.8001.1001 – Construção, reforma e ampliação.

Valor: R\$5.000,00

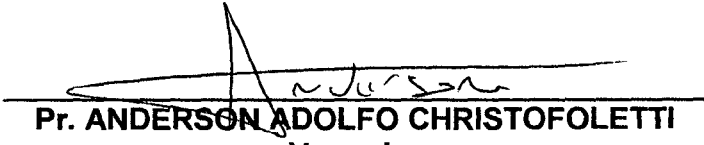
**Justificativa:**

**CONSIDERANDO** que os Semáforos Inteligentes permitem uma melhor organização e mobilidade de veículos;

**CONSIDERANDO** que o equipamento regula automaticamente os tempos de passagem nas vias quando necessário e contribui com o fluxo e a passagem de veículos.

**CONSIDERANDO** que os semáforos inteligentes vão reduzir o tempo de espera nas passagens e eliminar o tempo ocioso.

Rio Claro, 08 de Dezembro de 2017.

  
Pr. ANDERSON ADOLFO CHRISTOFOLETTI  
Vereador  
PMDB

Visto

EMENDA Nº 06

CÂMARA SECRETARIA

000EZ2017 14107

44

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR Pr. ANDERSON ADOLFO CHRISTOFOLETTI

PROJETO DE LEI No. 203/17 DO ORÇAMENTO 2018

EMENDA ADITIVA :

**Acrescentar:**

Órgão Responsável: 14.00.00

Programa: 8001

Função: 06

Ação: 06.182.8001.1001 – Construção Reforma e ampliação - Educação no Trânsito – Prevenção aos Acidentes de Trânsito.

Valor: R\$15.000,00

**Reduzir :**

Órgão Responsável: 14.00.00

Programa: 8003

Função: 15

Ação: 15.451.8003.1001 – Manutenção dos serviços de trânsito.

Valor: R\$15.000,00

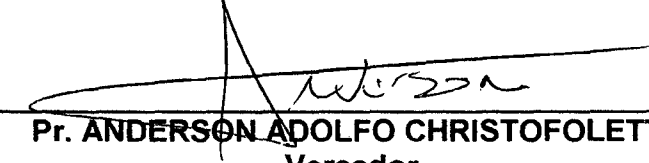
**Justificativa:**

**CONSIDERANDO** o desrespeito com as sinalizações no Trânsito;

**CONSIDERANDO** o falta de educação no trânsito ou o desrespeito de alguns motoristas;

**CONSIDERANDO** os altos índices de acidentes em nosso Município.

Rio Claro, 08 de Dezembro de 2017.

  
Pr. ANDERSON ADOLFO CHRISTOFOLETTI  
Vereador  
PMDB

Visto

EMENDA Nº 07

CÂMARA SECRETARIA

080822017 14109

45

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR Pr. ANDERSON ADOLFO CHRISTOFOLETTI

PROJETO DE LEI No. 203/17 DO ORÇAMENTO 2018

EMENDA ADITIVA :

**Acrescentar:**

Órgão Responsável: 14.00.00

Programa: 8003

Função: 15

Ação: 15.451.8003.1001 – Manutenções dos Serviços de Trânsito – Ampliação de Ciclofaixas.

Valor: R\$5.000,00

**Reduzir :**

Órgão Responsável: 14.00.00

Programa: 8001

Função: 06

Ação: 06.182.8001.1001 – Construção, reforma e ampliação.

Valor: R\$5.000,00

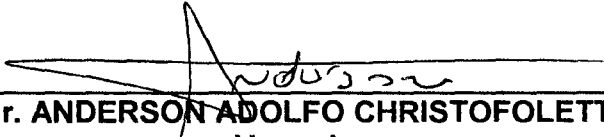
**Justificativa:**

**CONSIDERANDO** a utilização dos usuários que optam pelo transporte em bicicletas, principalmente trabalhadores e estudantes;

**CONSIDERANDO** que as Ciclofaixas trazem segurança e organização aos ciclistas;

**CONSIDERANDO** que a utilização do espaço para os ciclistas haverá diminuição de usuários de carros e motos, possibilitando um melhor fluxo no Trânsito.

Rio Claro, 08 de Dezembro de 2017.

  
Pr. ANDERSON ADOLFO CHRISTOFOLETTI  
Vereador  
PMDB

Visto

EMENDA N° 08

CÂMARA SECRETARIA

46

09DEZ2017 14:10

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR Pr. ANDERSON ADOLFO CHRISTOFOLETTI

PROJETO DE LEI No. 203/17 DO ORÇAMENTO 2018

## EMENDA ADITIVA:

### Acrescentar:

Órgão Responsável: 14.00.00

Programa: 8003

Função:15

Ação: 15.451.8003.1001 – Manutenções dos Serviços de Trânsito – Eliminação de Valetas na Região Central.

Valor: R\$5.000,00

### Reduzir:

Órgão Responsável: 14.00.00

Programa: 8001

Função:06

Ação: 06.182.8001.1001 – Construção, reforma e ampliação de Terminais.

Valor: R\$5.000,00


## Justificativa:

**CONSIDERANDO** a necessidade de correção do solo para a passagem de veículos sobre as várias valetas em nossa cidade;

**CONSIDERANDO** a necessidade de organizar a mobilidade de veículos na região Central.

**CONSIDERANDO** que as valetas causam acidentes, ocasionam quebras e desgastes nos veículos, além de prejudicar o fluxo.

Rio Claro, 08 de Dezembro de 2017.

  
Pr. ANDERSON ADOLFO CHRISTOFOLETTI  
Vereador  
PMDB

EMENDA N° 09

Visto

CÂMARA SECRETARIA

47

09DEC2017 14:03

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR Pr. ANDERSON ADOLFO CHRISTOFOLETTI

PROJETO DE LEI No. 203/17 DO ORÇAMENTO 2018

## EMENDA ADITIVA:

### Acrescentar:

Órgão Responsável: 16.00.00

Programa: 1004.2113

Função: 10

Ação: 10.301.1004.2113 – Gestão das ações do programa saúde da Família.

Projetos Diversos – Prevenção ao uso de Drogas.

Valor: R\$11.000,00

### Reduzir :

Órgão Responsável: 16.00.00

Programa: 1010.1012.

Função: 10

Ação: 10.122.1010.1012 – Construções, reformas e ampliação do CAPS.

Valor: R\$11.000,00

## Justificativa:

**CONSIDERANDO** o problema que as drogas e o álcool trazem aos dependentes, família e sociedade;

**CONSIDERANDO** a necessidade de conscientização e prevenção ao uso das drogas e a restauração do convívio em família.

Rio Claro, 08 de Dezembro de 2017.

  
Pr. ANDERSON ADOLFO CHRISTOFOLETTI

Vereador  
PMDB

Visto

EMENDA Nº 10

CÂMARA SECRETARIA 48  
03/12/2017 17:10:00



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DOS VEREADORES NO  
PROJETO DE LEI Nº 203/2017 REFERENTE AO ORÇAMENTO 2018.

Emenda Modificativa nº 01 ao Projeto de Lei 203/2017, nas páginas 223 e 144  
respectivamente.

## Reduzir R\$ 330.400,00

Órgão Responsável: 05 - Secretaria Municipal de Economia e Finanças

Classificação Econômica: 9.9.99.00.00

Classificação Funcional: 05.01.99.999.9999.9002 Reserva de Contingência ou Reserva do  
RPPS

Ficando a Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS com um Total de  
R\$ 669.600,00.

## Acrescenta uma Dotação Orçamentária no valor de R\$ 330.400,00 específica para atividade delegada de policiais militares

Órgão Responsável: 14 - Secretaria de Seg. Def. Civil e Mob. Urb. e Sistema Viário

Classificação Econômica: 3.1.90.00.00

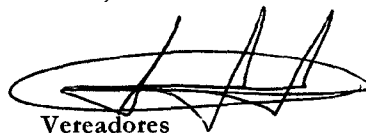
Classificação Funcional: 14.06.181.8002.....2002 Atividade Delegada de Policiais  
Militares

Ficando a Atividade Delegada de Policiais Militares com um Total de R\$ 330.400,00.

## Justificativa

Em virtude da necessidade de atuação do efetivo da Polícia Militar atuar nos dias  
de folga para ampliação do efetivo para o atendimento à população e apoio ao  
Município fora do horário de trabalho normal, na escala DEJEM(Diária Especial  
por Jornada Extraordinária da Polícia Militar) há a necessidade de verba própria  
para o pagamentos dos mesmos.

Rio Claro, 8 de dezembro de 2017.

  
Vereadores

CÂMARA SECRETARIA

EMENDA Nº 11

08/12/2017 16:14

49

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

EMENDA Nº \_\_\_\_\_/2017

EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR PAULO MARCOS GUEDES.

PROJETO DE LEI Nº 203/2017 NO ORÇAMENTO 2018

EMENDA ADITIVA.

**Acrescentar:**

Órgão responsável: 13.01

Programa: 3004

Ação: (...) INSTALAÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE NOS SEGUINTE  
BAIRROS: VILA MARTINS, JARDIM AZUL, JARDIM NOVO, JARDIM SÃO  
JOÃO, JARDIM NOVA RIO CLARO, JARDIM PORTUGAL E JARDIM BOA  
VISTA.

Valor: R\$ 500,00

**Reduzir:**

Órgão responsável: 13.01

Programa: 3004

Ação: 27813.3004.2053 – Manutenção do Departamento

Valor: R\$ 30.000,00

EMENDA Nº 12

CÂMARA SECRETARIA

12DEZ2017 15:41

50